



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

ATA DE REUNIÃO
06-03-2024

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião, situada no Anexo I, sala 305 – M, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sob a presidência da Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel. Presentes a Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, Desembargador Antonio Maron Agle, Desembargador Marcelo Silva Britto, Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva, Desembargador Baltazar Miranda Saraiva. Para além destes, presentes os servidores, na qualidade de secretários desta Comissão: Gilson Duarte Presídio e Carla Garrido Bahia Guimarães. Inicialmente, estando em pauta: 1. APRESENTAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA: Realizados os cumprimentos e apresentações iniciais, passou-se ao item 2 da pauta, qual seja: 2. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA PRESENTE COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA, BIÊNIO 2024-2026, ENTRE OS MEMBROS DA COMISSÃO, informada a pauta, em seguida, foi eleita por aclamação, a Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, ou seja, sendo eleita pelos membros por unanimidade. 3. SUGESTÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA REVISTA FÍSICA PARA CONSULTA ELETRÔNICA: O Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva entende que a Revista não deve ser mais física, mas somente eletrônica, alegando algumas inconsistências nas pesquisas em jurisprudências deste Tribunal. Isso facilitaria na pesquisa. Em seguida, o Desembargador Antonio Maron Agle ressaltou acerca da importância da versão física para leitura, e argumentou que o sistema de consulta eletrônico é falho. O servidor Gilson Duarte Presídio ressaltou a importância da Revista física a fim de que continue como selo repositório da jurisprudência do STJ. Entretanto, o objetivo do Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva era alargar a pesquisa, buscando a evolução em todos os pontos. Ainda nesse sentido, os Desembargadores Antonio Maron Agle e Marcelo Silva Britto sugeriram buscar mais informações no que tange a mudança, primeiramente, entrar em contato com o técnico do Setor de informática do TJBA, e também usar como referência algum Tribunal, como exemplos: o Tribunal do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Ainda nesse seguimento, o Desembargador Marcelo Silva Britto ressaltou a possibilidade de buscar o Estado de São Paulo como



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA**

modelo, e ainda sugeriu que o TJBA realize o lançamento de um Boletim Informativo semanal, o qual já funciona na Justiça Federal (TRF 1ª Região). Porém, antes deve-se compreender a exatidão do funcionamento, e também ressaltou a necessidade de ter uma equipe de TI para disponibilizar esse Boletim de Jurisprudência semanal. Ainda, o Desembargador Marcelo Britto destacou que a Justiça Federal da 1ª Região possui o sistema "Microsoft Teams", que é um substituto atualizado do sistema "Lifesize", porém seria necessário o pacote Office, que ainda não é disponibilizado no TJBA para servidores, mas somente aos Magistrados.

3. REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL: Quanto ao envio de ofício para solicitação de acordãos, o Desembargador José Jorge Lopes Barreto da Silva sugeriu que o ofício a ser enviado aos gabinetes, requisitando os acordãos, deve-se colocar o selo como confidencial. Por conseguinte, ficou acordado entre os membros, diante da premente necessidade de otimizar os trabalhos da Comissão, que o ofício, requisitando os acordãos, preferencialmente os mais recentes, será enviado para cada gabinete de forma bimestral, dando um prazo específico, e elencando para que o gabinete pontue a prioridade do acordão, já que o mínimo seria o envio de um a cinco acordãos, que serão publicados na Revista. Após, o Desembargador Marcelo Britto também afirmou que a Revista física deve manter a tiragem mínima de exemplares. Ao tempo em que, o Desembargador José Jorge ressaltou a necessidade de preservá-la de forma física por conta da tradição.

4. CONVÉNIO COM A REVISTA DOS TRIBUNAIS - RT. A servidora Carla Guimarães esclareceu que foram iniciadas as tratativas em 2022 com Gilson Presídio e Rodolfo, representante da RT. Após isso, retomou-se com Bianca, que indicou Juliana Ferreira e Juliana Ono, atuais responsáveis pelas tratativas com Convênio. Hoje dispõe-se da minuta pronta a ser analisada pelos Desembargadores presentes, cientes de que passará pela Presidência do TJBA. Diante disso, resta ainda deliberar a respeito da contrapartida da RT, quais obras literárias serão disponibilizadas.

5. DISTRIBUIÇÃO DE EXPEDIENTES E PROCESSOS NO SIGA:

5.1 A Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel relatou acerca da importância da distribuição de Expedientes e Processos do Siga, entendendo que carece desta distribuição, diante da necessidade. Já, os demais Desembargadores presentes não concordaram com esse posicionamento, ainda que a referida distribuição seja equânime por ordem de antiguidade, tendo em vista, que não tem possibilidade de colocar assessores do próprio gabinete à disposição dos trabalhos desta Comissão.

5.2 O Desembargador Marcelo Britto sugeriu a confecção de um Ofício para a Presidente, requisitando mais servidores para a presente Comissão, salientando o fato da Comissão também se tratar de uma biblioteca. Mas, foi esclarecido pela servidora Carla Guimarães que só há o acervo com os exemplares da própria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Revista, tanto a recente quanto as anteriores. No mais, não temos ingerência alguma sobre a Biblioteca do Tribunal de Justiça. **6. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES.** Por fim, foi apresentado o relatório das atividades desempenhadas no Biênio 2022-2024, com entrega da cópia do relatório a cada Desembargador. **7. O que ocorrer.** Ainda foi decidido por partes dos membros que haverá reunião mensal na última quinta-feira de cada mês, sendo solicitado que seja realizada a publicação no Portal da Transparência e Oficie-se à Presidência do Tribunal de Justiça. A próxima reunião fica, de logo, agendada para a última quinta-feira de abril do ano em curso, às quatorze horas, em sala de reunião do Anexo I, sala 305 – M, sendo que, posteriormente, haverá aviso específico no grupo de whatsapp desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, os Desembargadores presentes encerram a reunião as 17h, tendo sido lavrada a presente ata por mim, Carla Garrido Bahia Guimarães, na qualidade de Secretária, e depois lida, conferida e assinada por todos os presentes.


Desa. Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel

Presidente


Des. Antônio Maron Agle
Desembargador

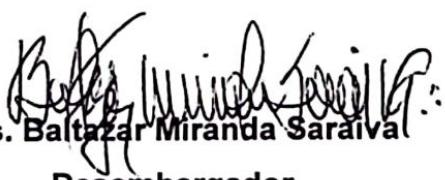

Des. Marcelo Silva Britto
Desembargador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA,
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA


Des. José Jorge Lopes Barreto da Silva

Desembargador


Des. Baltazar Miranda Saraiva

Desembargador